

VIOLÊNCIAS CONTRA AS PROFISSIONAIS DO SEXO: INVISIBILIDADES NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Eixo Temático: Diálogos sobre a Violência contra as Mulheres: Educação, Políticas Públicas, Proteção e Enfrentamento

Cindy Carolina Benedetti Costa ¹
Terezinha de Fátima Rodrigues ²

RESUMO

Pesquisa realizada no município de Campinas/SP, com mulheres profissionais do sexo discutindo as violências a que essas estão sujeitas, especialmente nas relações de trabalho. Esta reflexão se propõe a abordar um de seus aspectos: a invisibilidade destas mulheres no contexto das políticas públicas no município supracitado. A pesquisa foi efetivada para fins de mestrado, a qual abordou a realidade das mulheres no Jardim Itatinga, considerada a maior área de prostituição a céu aberto da América Latina. Ainda que essa situação se coloque, para o município persiste a ausência de dados de violência ou outros vinculados a essas mulheres, demarcando ciclos de violências institucionais a este segmento.

Palavras-chave: profissionais do sexo; violências; políticas públicas.

¹ Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, *campus* Baixada Santista; e-mail: cindycbenedetti@hotmail.com

² Docente na graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, *campus* Baixada Santista. UNIFESP, e-mail – terezinha.unifesp@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido apresenta parte dos resultados de pesquisa realizada para fins de conclusão em mestrado acadêmico³ que apresentou dentre seus objetivos, aprofundar o conhecimento sobre a influência da cultura patriarcal na produção de violências e na construção de desigualdades entre homens e mulheres, com recorte na prostituição. A intenção é analisar as invisibilidades destas mulheres no campo das políticas públicas. A pesquisa de campo ocorreu em Campinas/SP, no bairro Jardim Itatinga, considerado a maior área de prostituição a céu aberto da América Latina, criado nos anos 1960 pelo poder público com o objetivo de concentrar as atividades ligadas à prostituição da cidade (HELENE, 2015).

Partimos do pressuposto de que as violências sofridas no trabalho pelas profissionais do sexo são expressões das relações de poder homem - mulher na dimensão de uma sociedade patriarcal e fortemente marcada pelo conservadorismo em seus costumes, fazendo com que o corpo seja reconhecido como mercadoria. Assim, as violências de diferentes naturezas que perpassam o cotidiano de trabalho das profissionais do sexo, ocasionam impactos em suas vidas, associados à saúde mental, adoecimentos, sofrimentos e nas relações sociais e interpessoais.

Chaves *et. al.* (2019) ressaltam que o desenvolvimento e fortalecimento do sistema patriarcal como base material e econômica possui uma relação de simbiose, passando da forma de organização coletiva da sociedade para uma organização fundada na propriedade privada, regulando e mantendo a divisão desigual das necessidades humanas. Duas características marcaram as bases da constituição do patriarcado: a) a produção do excedente econômico, assim como da propriedade privada e a constituição da família monogâmica, através da qual a mulher perde sua autonomia e passa a existir em função da família; b) a descoberta dos papéis dos homens no ato da fecundação, já que antes consideravam um poder das mulheres e, por essa condição, eram vistas como seres poderosos e mágicos (SAFFIOTI, 2015).

A narrativa histórica demonstra a identidade social da mulher prostituta, construída como condição transgressora de regras e normas estipuladas pela sociedade para o exercício da feminilidade (GUIMARÃES e MERCHÁN-HAMANN, 2005), com isto, carregada de preconceitos. Essa atividade profissional, cujo exercício remonta à antiguidade, é condenada

³ Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista (2022). Título: “Violências contra mulheres profissionais do sexo e suas repercussões: um estudo aproximativo no município de Campinas/SP”.

do ponto de vista moral ou dos “bons costumes”. Consideramos este moralismo superficial o causador de injustiças à negação de direitos destas mulheres cuja existência nunca deixou de ser fomentada pela própria sociedade que a condena.

A prostituição se apresenta de diferentes formas, desde a escravidão sexual até a prostituição de alto luxo, passando pela atividade como forma de sobreviver à pobreza. Assim torna-se “difícil desvelar quem são as profissionais do sexo, traçar um perfil homogêneo ou caracterizar os motivos que levam alguém a tornar-se prostituta” (SILVA e SAMPAIO, 2014, p. 90). Isso se dá de forma complexa e intrínseca, que dificulta a identificação de quais são as reais determinações do fenômeno da prostituição. Porém, compreendemos como prática consciente da negociação/troca do corpo por dinheiro ou por outra compensação financeira e/ou material, com a possibilidade de infinitos parceiros e de experiências sexuais diversas (VIEIRA, 2016; SILVA e SAMPAIO, 2014). Salientamos a concepção que funda nossas análises: a de que a prostituição se coloca na dimensão do trabalho.

Na compreensão da prostituição como trabalho, tem-se a relação de uma atividade econômica, refém à acumulação do capital. Do ponto de vista econômico não passa de uma prestação de serviços, moldada no formato de compra e venda. Existe uma negociação entre vendedor e comprador que comercializam o produto (sexo) (VIEIRA, 2016). Podemos analisar o sexo como a mercadoria de troca na relação profissional do sexo - cliente, em que o corpo se torna matéria prima, um instrumento necessário para essa relação se estabelecer.

Ressaltamos que as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora, e que isso atende diretamente aos interesses dominantes (CISNE, 2018, p. 224). Com essa ótica, podemos observar que na temática da prostituição, isso se potencializa devido à exposição da mulher e sendo o homem, seu maior consumidor.

METODOLOGIA

Realizamos pesquisa bibliográfica e documental a partir de artigos, livros, portarias, boletins e pesquisas sobre a temática, disponibilizadas em redes virtuais, dentre outras, que embasaram a construção do referencial teórico. Ainda, realizamos o levantamento da rede de atenção à mulher profissional do sexo, no município de Campinas/SP. Buscamos identificar as instituições que realizam o acolhimento para esse recorte populacional (tanto organizações da sociedade civil, como equipamentos públicos do território – Centro de Saúde, Defensoria

Pública, Serviços da Assistência Social e Conselho Municipal de Direitos da Mulher), compreendendo suas metodologias e os alcances realizados às trabalhadoras da localidade.

Em nossa pesquisa, nos aproximamos dos dados do município de Campinas/SP. Para a análise da violência no município de Campinas, utilizamos como subsídios, o Sistema de Notificação e Vigilância - SISNOV⁴, vinculado as Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos. Nossas análises se assentaram nos dois últimos boletins lançados nos anos de 2017 e 2018, onde a publicação foi nos respectivos anos, porém, com dados compilados do anos anteriores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Torna-se de extrema importância analisar a prostituição como atividade econômica, a qual é perpassada por violências, desde a mercantilização e coisificação do ser humano, como o reforço do controle masculino sobre o corpo feminino.

A obtenção de índices específicos sobre a violência contra as profissionais do sexo é complexa, pois a violência contra mulheres inseridas neste contexto é invisível. Sabemos que o número real é maior que o apresentado em pesquisas, tendo em vista que muitas das mulheres não reconhecem algumas ações como violências e quando percebem a ação, não existe um atendimento especializado e/ou notificações específicas.

Diante dos dados apresentados no SISNOV, destaca-se que no Boletim lançado no ano de 2017, em termos de violências contra pessoas adultas, foram 797 notificações com 702 (88,1%) voltadas às mulheres. No Boletim de 2018, foram registradas 1.118, com 999 notificações, sendo 42,3% a mais que 2017. Conforme a distribuição das notificações de violência contra a mulher é possível identificar que em 2017, o maior número de registros ocorreu na faixa etária entre 20 a 29 anos, com 272 notificações. Em 2018, a faixa etária com destaque se manteve, porém, com 380 notificações, correspondendo a um aumento na ordem de 39,7%. Dentre as tipificações de violências tem-se a física que, em 2017, contabilizou 396 registros e em 2018 registrou um aumento na ordem de 16,4%, totalizando 551 notificações.

⁴ O SISNOV registra casos de violência do tipo interpessoal, intrafamiliar ou urbana/comunitária (contra as mulheres, crianças e adolescentes, idosos e violência sexual) e violência autoprovocada (tentativa de suicídio/suicídio) atendidos pela rede municipal de enfrentamento e prevenção às violências. Foi instituído em 2009, como obrigatoriedade nacional de notificação de violência. Anualmente, por meio do Comitê Intersetorial, são lançados boletins reunindo os dados de notificação do ano anterior. (SISNOV, 2018).

Verificamos que nas notificações e registros oficiais não há um campo para a identificação das violências e se perpetradas nas relações de trabalho. Relacionando à condição das profissionais do sexo, o resultado são as dificuldades/impossibilidades de contabilizar os índices da violência a que essas mulheres estão sujeitas e convivem cotidianamente. Os dados disponíveis para análise mais próxima da realidade de prostituição em Campinas, são os índices de violência da Região Sudoeste, onde está localizado o bairro Jardim Itatinga.

Em pesquisa de Marchesini⁵ (2016), foram identificadas 111 notificações de violência na Região Sudoeste no ano de 2016, correspondendo 7,9% dos registros totais do município. Se comparada as outras regiões, o percentual corresponde a um número baixo (o menor em relação às outras Regiões). De 111 notificações, 79 corresponderam à violência contra a mulher (71,8%). Os dados do SISNOV (2017) para a Região Sudoeste registraram 146 notificações na região, correspondendo ao aumento de 35%.

Vale ressaltar que na pesquisa de Marchesini (2016), os dados foram apresentados com base no Relatório de Informações Sociais do ano de 2016, disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Campinas. Este Relatório apresenta as características das regiões territoriais do município, porém, ao mencionar a região Sudoeste, não cita a existência do Bairro Jardim Itatinga, o que nos instiga algumas reflexões.

O Jardim Itatinga é a região conhecida pelo trabalho sexual executado no local, denominada como “zona”⁶ criado nos anos 1960, para concentrar a prostituição em determinado território circunscrito, fato que nos permite a concordância com as análises de Mazzariol (1977), da visão da prostituição, em uma perspectiva conservadora e moralista, como uma ameaça de “contaminação” à ordem - uma perigosa confusão nas classificações acerca da mulher – com isso a necessidade de “varrê-la” para longe, já que sua eliminação não era possível, por ser parte constitutiva desta mesma ordem.

⁵ Pesquisa efetivada para elaboração do Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas, Secretaria de Vigilância Socioassistencial, 2016.

⁶ Enquanto conceito, “zona” possui uma multiplicidade de significados, sendo que a maioria tem no seu cerne diferenciações e classificações. Assim, para a geografia física, a definição de zonas climáticas estabelece padrões para distinguir determinadas áreas em função de suas características climáticas. Segundo a geografia urbana, o termo zona pode ser entendido como divisão técnico-administrativa que tem na sua essência a intenção de implementar regulações diferenciadas para cada região, vistas, por sua vez, também como partes diferenciadas. Em outros usos, o termo zona pode vir seguido de complementos: zona portuária, zona comercial, zona urbana. Nesses casos, as definições podem remeter tanto ao espaço onde se realizam determinadas atividades, quanto à sua territorialidade. No entanto, o termo zona adquire singularidade quando se remete aos territórios de prostituição. Assim, no Brasil, quando falamos “zona”, não são necessários complementos: entende-se automaticamente que estamos nos referindo a uma zona de prostituição (TAVARES, 2014, p. 1).

No município há outros pontos de prostituição, porém, a maior parte das profissionais do sexo se encontram no Jardim Itatinga, que conta com atividades nas calçadas, dezenas de boates, casas de shows eróticos, pequenos motéis e bares.

Essas análises nos fazem questionar: mesmo com a ação de “territorializar” o espaço da prostituição, oficialmente este território não existe nos dados oficiais. Sua não expressão configura outra forma de violência a que as profissionais do sexo estão sujeitas. Destacamos no município de Campinas (mas reconhecemos tratar-se de uma situação que afeta o país) a reprodução de ideais conservadores e misóginos, além da manutenção dos estigmas e preconceitos que permeiam a prostituição da construção do bairro Jd. Itatinga aos tempos atuais.

Sem visibilidade pública demonstrada na inexistência de registros/documentos históricos no site da prefeitura, na ausência de políticas públicas de proteção social a essas mulheres e também a não identificação em notificações de violências, reforça e reproduz ciclos de violências as profissionais do sexo, visíveis e invisíveis em uma sociedade patriarcal e machista marcada pelo signo da hipocrisia social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a mulher, historicamente, sofre diversas violências presentes em opressões, a partir de uma sociedade machista e patriarcal sendo que, com as profissionais do sexo, essas violências se estendem ao contexto do trabalho com atos que as discriminam, ignoram, submetem e/ou as subordinam em diferentes aspectos. Essas violências tendem a ser silenciadas ou invisibilizadas seja por um discurso misóginos, sexista e heteropatriarcal, seja pela ausência de dados oficiais e reconhecimento público desta condição.

Como verificamos, em especial, no Bairro Itatinga em Campinas, essa ausência demonstra a invisibilidade da prostituição/profissionais do sexo na agenda pública do município. A reprodução das violências sofridas por essas mulheres são potencializadas pela insuficiente e ausente proteção social, sem identificações que permitem aproximar-se da realidade destas trabalhadoras e com isto, instituir uma agenda de proteção e direitos neste campo.

Consideramos necessário romper com os ideais estruturados na sociedade brasileira, resignificando o olhar e o reconhecimento social destas mulheres, porém, sabemos que na atual conjuntura, o conservadorismo avança recolocando a pauta dos costumes e moralidades. Este cenário só potencializa uma agenda de lutas e disputas de projetos societários e nesta



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

direção, dar visibilidade a contextos de violências contra as profissionais do sexo, potencializa as lutas e resistências visando o reconhecimento do trabalho sexual e a implementação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

CHAVES, G. *et. al.* **Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: a condição das mulheres na formação sócio-histórica brasileira.** IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade do Maranhão, São Luís/MA, agosto, 2019.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

GUIMARAES, Kátia; MERCHAN-HAMANN, Edgar. **Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania.** Revista Estudos Feministas, vol.13, n.3, pp.525-544, 2005.

HELENE, Diana R. **Preta, pobre e puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga.** Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 339f. 2015.

MARCHESINI, Isadora González. **Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas.** Vigilância Socioassistencial, Campinas/SP, 2016.

MAZZARIOL, Regina M. **Mal necessário.** Dissertação - Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 244f. 1977.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Roberto Florentino da; SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Prostituição: sexo e mercadoria.** Revista Geografia (Londrina) v. 23, n.1, p. 85-105, jan/jun, 2014.

TAVARES, Aline. **A Organização da Zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas - SP.** 2014. 134 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 84 Campinas, SP.

VIEIRA, Patrício De Albuquerque. **Entre santas e putas: reflexões sobre a prostituição de mulheres.** Anais II Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Campina Grande, Paraíba. Realize Editora: 2016.